



FÓRUM DA ÁREA  
DE ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA

INSTITUIÇÃO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

AUTORES : A. ABBOTT; G. C. DE A. SILVA, J. T. A. LOPES; A. I. Q. CARDOSO

ORIENTADOR : M. F. M. CHEADE

## FINANCIAMENTO DO SUS E SEU IMPACTO NA ATENÇÃO À SAÚDE DOS USUÁRIOS NA ÚLTIMA DÉCADA: DE 2004 A 2013

### APRESENTAÇÃO

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi firmado em lei, as quais prevêem formas e fontes de financiamento e seus respectivos percentuais a serem gastos na saúde. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, em 2000 (EC 29/2000) foram estabelecidos recursos nas três esferas de governos para um processo de financiamento mais estável, deixando claro que a União, os Estados e os Municípios deveriam investir recursos mínimos na saúde, calculados sobre diversas fontes de arrecadação. Diante da falta de interesse, os cidadãos brasileiros praticamente desconhecem o funcionamento dos orçamentos públicos em nosso país. Muito mais que uma unidade contábil e burocrática, os orçamentos são instrumentos de organização da gestão pública, portanto o presente artigo visa contribuir para esse debate, abordando as repercussões do financiamento do SUS na última década.

### METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica por meio de revisão Integrativa da literatura, publicados entre os anos de 2004 a 2013, indexados nas bases de dados SciELO e LILACS. A busca bibliográfica foi realizada em março de 2014 com os descritores: financiamento, saúde e EC 29. Buscou responder as questões norteadoras: Qual a relação da evolução do SUS na última década e sua relação com financiamento? e A EC 29 trouxe contribuição para atenção ao usuário na rede de atenção do SUS?

### RESULTADOS

Os fatores que contribuem para as dificuldades de acesso da população na atenção oncológica aponta-se a incipiência do sistema de regulação de acesso de pacientes, que indicam o tempo médio de espera entre a data do diagnóstico e o início dos tratamentos foi de 76,3 dias e o tempo médio de espera para radioterapia demonstrou-se ser ainda mais crítico, de 113,4 dias. Sabe-se que os elevados tempos de espera para realizar os diagnósticos e os tratamentos de câncer podem acarretar consequências graves para os pacientes, como: diminuição das suas chances de cura e do tempo de sobrevivência.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações apontadas na etapa atual do financiamento do SUS corroboram com as consequências do seu subfinanciamento e de deficiências de gestão, mas também indicam as potencialidades desta política para a inclusão social e a construção da cidadania. Assim sendo o financiamento do SUS deve garantir o vínculo digno da política social e da política do desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. O Financiamento da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2007.
- FRANCA, J. R. M. de; COSTA, N. R. A dinâmica da vinculação de recursos para a saúde no Brasil: 1995 a 2004. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Jan. 2011
- MENDES, A. A longa batalha pelo financiamento do SUS. *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 22, n. 4, Dec. 2013.

APOIO

**CAPES**  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO



**CSE**  
CENTRO SOCIOECONÔMICO

